



SESSÃO DE BREVES COMUNICADOS (VIRTUAL) DE 26/02/2021

BREVES COMUNICAÇÕES

BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) - Necessidade de retomada do auxílio pecuniário emergencial e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Colapso dos sistemas de saúde de Estados brasileiros em decorrência da epidemia de coronavírus. Inércia do Presidente da República diante do quadro de calamidade provocado pela doença.

FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Entrevista concedida a veículos de comunicação, pelo cientista Miguel Nicolelis, favorável ao isolamento social, à testagem e à vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Defesa de unificação das ações legislativas para combate à doença. Repúdio à declaração do Presidente Jair Bolsonaro, contrária ao uso de máscara facial de prevenção da Covid-19.

CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) - Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, relativa à alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares. Resultado da reunião da bancada federal amapaense, destinada à definição das emendas ao Orçamento Geral da União de 2021.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Agravamento do quadro de desemprego no País. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Alcance da marca de 250 mil mortes no território nacional em decorrência da Covid-19. Baixo número de brasileiros imunizados contra o coronavírus. Repúdio à necropolítica adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Utilização, pelo Presidente da República, da estrutura do Estado brasileiro para proteção de seus familiares envolvidos em denúncias de corrupção. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, relativa à alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Alcance da casa de 250 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à doença. Protesto contra a prioridade dada pela Casa na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, relativa à alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares, em detrimento do debate da retomada do auxílio pecuniário emergencial, e das ações destinadas à vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.



BIBO NUNES (PSL - RS) - Protesto contra a denominação de PEC da Impunidade, por Parlamentares, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, relativa à alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares. Prepotência do Supremo Tribunal Federal.

MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Apreciação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, relativa à alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares. Natureza falaciosa da atribuição ao ICMS da responsabilidade pela elevação dos preços de combustíveis. Responsabilidade da política de preços praticada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, pelos sucessivos reajustes nos preços da gasolina e do óleo *diesel*.

GASTÃO VIEIRA (PROS - MA) - Preparação pelo Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, de medidas enérgicas para contenção do avanço da epidemia de coronavírus, diante do registro de 5 mil mortes no Estado em decorrência da doença viral. Inexistência no Maranhão de rede de UTIs para atendimento aos contaminados pela Covid-19. Estagnação do processo de vacinação do povo maranhense contra a doença. Descaso do Presidente da República com o Programa Nacional de Imunizações. Protesto contra a prioridade dada pela Casa na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, relativa à alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares, em detrimento do debate da retomada do auxílio pecuniário emergencial, e das ações destinadas à vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Caos reinante no País em decorrência da epidemia de coronavírus. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à doença, bem como à sua política genocida. Crise econômica e quadro de desemprego reinantes no Brasil. Aumento da venda de cloroquina no País, por influência do Presidente da República, medicamento sem comprovação científica para tratamento da Covid-19. Pedido aos Deputados de apoio à criação da CPI da Cloroquina. Solicitação ao Presidente Arthur Lira de prioridade na retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus.

ENCERRAMENTO